

A FILOSOFIA EDUCATIVA DE PAULO FREIRE PARA UMA LEITURA CRÍTICA DO MUNDO. DESCOLONIZAR O PENSAMENTO CAPITALÓGICO E SEMEAR FUTUROS REGENERATIVOS¹

Javier Collado-Ruano

Introdução ao pensamento crítico de Paulo Freire

O pensamento crítico do filósofo e educador brasileiro Paulo Freire continua a ressoar nos corredores da academia de todo o mundo. Segundo Giroux (2010), a sua abordagem pedagógica revolucionária, centrada na conscientização e na libertação, oferece uma leitura perspicaz para entender os desafios contemporâneos, especialmente aqueles relacionados aos interesses geopolíticos que moldam o panorama global. Nesta era de crescente polarização política, desigualdade econômica e crise ambiental, a análise freireana do poder, da opressão e da resistência permanece muito relevante e inspiradora para gerar um pensamento crítico nos estudantes. Para McLaren (2000), no cerne do pensamento de Freire está a ideia da ‘conscientização’ como um processo de despertar crítico que capacita os indivíduos a lerem o mundo à sua volta de maneira mais profunda e contextualizada. Freire (1970, 1997) criticava vigorosamente os sistemas educacionais tradicionais que perpetuavam a dominação e a alienação, argumentando que a verdadeira educação deveria capacitar as pessoas a entenderem sua realidade social, e a se tornarem agentes de mudança nas suas próprias vidas e comunidades. Mas, o que significa fazer uma hermenêutica do pensamento de Paulo Freire? Como fazer uma leitura do mundo atual com as lentes freireanas? Quais são os aportes políticos, educativos e epistemológicos que ainda ajudam

¹ Este trabalho é resultado do projeto de pesquisa “Filosofia Transdisciplinar da Educação Ambiental: Promovendo a Transferência de Conhecimento por meio da Didática das Ciências Sociais e Experimentais”, aprovado pela Universidade Nacional de Educação (UNAE) do Equador na convocatória de 2024.

na transformação dos processos de formação dos educadores do século XXI? Como construir uma educação emancipadora?

Embora não existam respostas mágicas a essas perguntas, este trabalho é focado na formação dos professores desde um olhar abrangente que inclui o pensamento crítico e a conscientização freireana para fazer uma leitura do mundo atual e contemporâneo, onde é impossível ignorar os interesses geopolíticos que moldam as relações entre as nações e influenciam diretamente a vida das pessoas em todo o planeta. A obra de Freire (1980, 1981, 1997) nos ensina a olhar para além das narrativas superficiais e das estruturas de poder dominantes impostas pelas mídias de comunicação, como o fim de compreender as dinâmicas ocultas de opressão e resistência que permeiam nossa sociedade. Muitas vezes, os interesses geopolíticos se manifestam mediante políticas e práticas que promovem a exploração econômica, a dominação cultural e a subjugação política de certos grupos ou nações em prol do benefício econômico das corporações transnacionais. Para Giroux e Robbins (2006), o neocolonialismo, o imperialismo econômico e as guerras pelos recursos são apenas algumas das formas pelas quais os interesses geopolíticos são impressos no mundo contemporâneo.

Então, o pensamento freireano estabelece um espírito de ‘resistência e transformação’, não só para reconhecer a opressão, mas também sobre capacitar às pessoas a se organizarem e lutarem por uma mudança significativa. Em todo o mundo, estão emergindo movimentos de resistência para desafiar os interesses geopolíticos injustos. Desde os protestos contra a globalização corporativa até os esforços para enfrentar a crise climática, as vozes dos oprimidos estão se unindo em uma luta coletiva por justiça e emancipação. O artigo liga a educação com a geopolítica internacional para propor práticas questionadoras na formação docente. Por isso, o artigo traz uma abordagem complexa e transdisciplinar à formação profissional dos professores para ensinar a enfrentar a mudança global do Antropoceno. Assim, o texto explora e analisa a evolução do comércio internacional nos últimos séculos, bem como a sua relação com a

extinção da biodiversidade planetária, as alterações climáticas e a saúde do nosso planeta. As áreas de economia, comércio e inteligência artificial também são abordadas na pesquisa, junto às TICs, softwares e apps (*x, facebook, instagram, tiktok* e outros) que utilizam as informações pessoais com algoritmos complexos de dominação através do panóptico digital. Mas como reconhecer esse controle das corporações? Como formar aos professores do século XXI para ensinar a liberação freireana?

A filosofia educativa transdisciplinar na formação dos professores para lidar com os desafios do Antropoceno

Explorar de maneira crítica os limites das relações entre a Educação e a Geopolítica para fazer uma leitura freireana representa um desafio epistemológico complexo (Gadotti, 1989). O artigo estabelece conexões argumentativas entre diversas áreas temáticas abordadas: economia, comércio internacional, geopolítica, inteligência artificial e formação transdisciplinar dos professores para lidar com os desafios socioambientais do Antropoceno. No entanto, este artigo não aprofunda em todas as possíveis ramificações que poderiam surgir durante essa reflexão filosófica, dado que tal aventura é praticamente infinita. Refletir sobre a formação dos professores a partir de uma filosofia educativa transdisciplinar implica ir além da visão totalizadora estabelecida nos paradigmas da ciência moderna, com o fim de se abrir aos fenômenos desconhecidos e às incertezas de um mundo complexo e em constante evolução (Morin, 2008). A filosofia transdisciplinar constitui um diálogo entre os saberes científicos (mensuráveis e quantificáveis pelo método da ciência moderna), junto a outras epistemes de origem ancestral, artística, espiritual ou emocional que não podem ser reproduzidas pelo método científico convencional (Aguilar e Collado, 2023).

No contexto contemporâneo do Antropoceno, a globalização acelerou a exploração da natureza, considerando-a uma fonte inesgotável de matérias-primas para os modelos capitalistas de

produção e consumo (Lisboa, 2017). Historicamente, as economias pré-modernas interagiam com a natureza de maneira mais equilibrada, mas a industrialização trouxe uma mentalidade de crescimento econômico ilimitado, desconsiderando os limites de regeneração do planeta (BOFF, 2009). Isso levou a uma intensificação da exploração da natureza, mas também a níveis de desigualdade sem precedentes, onde a riqueza está concentrada nas mãos de poucos. A pandemia da COVID-19 interrompeu as economias e alterou a geopolítica internacional, evidenciando a necessidade de desenvolver novas abordagens educativas emancipadoras para enfrentar os desafios complexos do mundo atual. Conforme indicado por várias pesquisas científicas, os níveis de desigualdade atingiram níveis sem precedentes: “os 10 homens mais ricos do mundo têm mais riqueza do que os 3,1 bilhões de pessoas mais pobres” (Oxfam, 2022, p. 10). Nessa perspectiva, Riechmann (2014) utiliza o termo ‘apartheid planetário’ para descrever a significativa disparidade econômica resultante da globalização, a qual ameaça a existência das futuras gerações.

Além disso, a intensificação da competição pela exploração da natureza tem levado a uma perda histórica da autonomia e soberania dos Estados, transferindo essas atribuições para grandes empresas transnacionais em um processo de *McDonalização* (Ritzer, 2018). Por essa razão, a filosofia transdisciplinar procura ensinar a questionar a lógica destrutiva e opressiva do paradigma atual para propor outros futuros mais resilientes, justos e regenerativos (Collado e Segovia, 2022). Desde uma abordagem metodológica qualitativa, descritiva, exploratória e analítica que examina a evolução do comércio internacional, a economia, as estratégias geopolíticas e a inovação tecnológica desde uma filosofia educativa transdisciplinar da formação docente. Aqui emerge a hermenêutica do pensamento freireano para a liberação e conscientização da cidadania para lidar com os desafios do Antropoceno. Para o filósofo educativo Galeffi (2017), a formação transdisciplinar dos professores tem que adotar uma abordagem holística e interconectada para transcender as fronteiras disciplinares tradicionais para promover uma consciência ambiental nos alunos. De

acordo a Giroux (1988), isso inclui o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico dos futuros cidadãos.

O impacto da globalização neoliberal no comércio internacional

A expansão do comércio internacional na era da globalização neoliberal tem sido um fenômeno multifacetado que influenciou profundamente às relações internacionais, os sistemas econômicos, o ambiente e a sociedade como um todo interdependente. Essa dinâmica complexa tem sido objeto de análise, levando em consideração suas implicações políticas, econômicas, tecnológicas, culturais e ambientais. O Prêmio Nobel de Economia, Joseph Stiglitz (2002) observa que, historicamente, tem havido uma passividade política em face da crescente influência dos mercados econômicos globalizados, que não apenas degradaram o meio ambiente, mas também ameaçaram o desenvolvimento das futuras gerações. Isso levanta questões cruciais sobre o futuro de um planeta sob a influência de um conceito de ‘progresso’, muitas vezes imposto pelo paradigma ocidental guiado pelo quadrimotor da indústria, ciência, capitalismo e tecnologia (Morin, Roger e Motta, 2003).

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 trouxe esperanças de paz e progresso social, embora sua eficácia tenha sido questionada em várias ocasiões. Dore Gold (2004) denuncia que a estrutura de poder do Conselho de Segurança tem permanecido a mesma desde a sua criação até hoje, sendo necessário fazer reformas para democratizar a organização. Pouco depois, durante as conferências de Bretton Woods de 1948, o ‘*Acordo Geral de Tarifas e Comércio*’ (GATT em inglês) foi estabelecido. Segundo a análise crítica do capitalismo feita pelo historiador econômico John Kenneth Galbraith (2017), esse acordo marcou o início de uma nova era nas relações internacionais, substituindo as relações das potências-colônias por um intercâmbio comercial bilateral que utilizava a moeda de cada país com base no padrão dólar-ouro. Infelizmente, esse sistema

favorecia predominantemente às potências ocidentais, promovendo uma série de concessões tarifárias que deixaram uma grande pegada ecológica e social (Wackernagel e Rees, 1996).

Para Wiedmann e Lenzen (2018), a hegemonia dos Estados Unidos foi reforçada após a Segunda Guerra Mundial, influenciando mercados em países recentemente independentes. Assim, cresceu o endividamento desses países, forçando-os a recorrer a instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), acumulando uma dívida externa significativa. Neste contexto histórico de transformações políticas, os órgãos econômicos encarregados de regular o comércio internacional também desempenharam um papel significativo. Conforme apontado por Verdier (2021), até 1970 os Estados tinham uma certa autonomia na intervenção nos processos de criação de moeda, com um controle considerável sobre os grandes Bancos Centrais e até mesmo nacionalizando alguns de seus próprios recursos. No entanto, esse período de estabilidade política e comercial sofreu uma mudança crucial em agosto de 1971, quando os EUA registraram seu primeiro déficit comercial desde o século XIX. Neste ano, o presidente Richard Nixon tomou a decisão unilateral de desvincular o dólar do padrão-ouro, tornando a moeda desmaterializada de qualquer lastro físico com valor intrínseco, transformando-a essencialmente em um mero pedaço de papel com valor determinado pelo seu emissor.

Essas medidas, conhecidas como '*Nixon shock*', provocaram o colapso do sistema de Bretton Woods, já que os Estados Unidos deixaram de reembolsar sua dívida externa em ouro ou outras moedas, como era previsto anteriormente. Conforme observado pelo economista Barry Eichengreen (2011), na primavera de 1973, em meio a essas mudanças, uma nova corrida pelo dólar começou levando ao colapso do novo sistema de taxas de câmbio cuidadosamente acordado no Smithsonian. Como tentativa de lidar com a instabilidade resultante, o sistema internacional que vigorava até 1973 desmoronou-se sendo substituído por um novo, onde o dólar era avaliado em relação a outras moedas internacionais. Essas medidas deram origem a uma intensa

especulação financeira que persiste até hoje, refletida em bolsas de valores, criptomoedas e outros instrumentos financeiros. Com todas essas mudanças na década de 1970, os Estados Unidos foram consolidando um sistema monetário e financeiro que promove a desregulamentação da economia, separando os poderes econômicos das restrições políticas. Esse processo foi amplamente disseminado em todo o mundo por meio da globalização econômica e financeira que caracteriza a era contemporânea.

A crise do petróleo de 1973, que resultou em um aumento significativo do seu preço, e no colapso do sistema de Bretton Woods, contribuíram à expansão das corporações transnacionais na escala global, que buscaram cada vez mais o controle da economia mundial (CEPAL, 2002). A década de 1980 foi caracterizada pela desregulamentação econômica que, influenciada por líderes como Ronald Reagan e Margaret Thatcher, promoveu a ideologia do livre mercado e o surgimento do chamado '*Consenso de Washington*'. De acordo com Stiglitz (2002), isso culminou em um sistema global de mídia que promoveu os interesses capitalistas, que acrescentou as disparidades econômicas entre os países, mas também nas próprias sociedades. Assim, a desigualdade econômica se acentuou ainda mais com políticas de ajuste estrutural impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial, resultando em pobreza generalizada e instabilidade política em muitos países.

Além disso, as políticas de comércio internacional foram influenciadas pela criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) no ano 1995, promovendo a liberalização e privatização dos serviços públicos em todo o mundo. Através do '*Acordo Geral sobre Comércio de Serviços*' (GATS pelas siglas em inglês), a OMC promoveu a liberalização e privatização de uma ampla gama de serviços públicos, incluindo educação, saúde, pensões, cultura, transporte, energia, água, gestão de resíduos, telecomunicações e meio ambiente. Para Verdier (2021), a expansão do comércio internacional da OMC tem sido impulsionada por corporações transnacionais que visam maximizar seus lucros a curto prazo, muitas vezes às custas do meio ambiente e

do bem-estar social. Isso levou a uma crescente especulação financeira e à privatização de serviços públicos, minando a capacidade dos governos de atender às necessidades de seus cidadãos.

Sem dúvida, a globalização neoliberal tem provocado profundas transformações no comércio internacional, moldando as interações econômicas entre países e influenciando na desregulação e liberalização econômica que resultou na exploração de mão de obra barata em países em desenvolvimento. Além disso, aumentou a vulnerabilidade das economias locais e a concentração do poder econômico em poucas empresas transnacionais, assim como a homogeneização cultural e a perda de identidade (Shiva, 2005). O enfraquecimento das regulamentações comerciais e trabalhistas também levou a condições precárias de trabalho e à degradação ambiental. A maioria das empresas priorizou os seus próprios interesses financeiros, muitas vezes evadindo impostos e explorando a natureza sem considerar as consequências a longo prazo.

Isso tem levado à mudança global do Antropoceno, que traz uma reflexão profunda sobre o papel do comércio, o papel dos governos e a responsabilidade das empresas no enfrentamento dos desafios do século XXI. Segundo Steffen, Crutzen e McNeill (2007), o Antropoceno é um conceito que descreve uma nova era geológica marcada pela influência significativa das atividades humanas sobre os processos naturais da Terra. Ou seja, reflete o impacto da civilização humana no clima, na biodiversidade, na geologia e em outros aspectos do planeta, caracterizando uma era de profunda alteração ambiental. Por isso, o impacto da globalização neoliberal e a compreensão do comércio internacional requer uma leitura do mundo freireana, que seja problematizada e permita a liberação dos jovens do controle panóptico digital das TICs e apps que estão homogeneizando o pensamento da monocultura.

Perigos do controle panóptico na Era Digital da Inteligência Artificial (IA)

McCarthy (2017) argumenta que é essencial questionar os limites do crescimento econômico e do poder geopolítico das empresas transnacionais, especialmente diante das plataformas como Google, Facebook, Instagram, TikTok ou similares. Todas essas apps utilizam os dados fornecidos pelos próprios usuários e, baseadas nessa *Big Data*, o panóptico digital é alimentado pelos algoritmos de inteligência artificial (IA) para fazer uma manipulação em massa sem precedentes históricos (Levitskaya e Fedorov, 2020). O documentário ‘*The Great Hack*’, de Karim Amer e Jehane Noujaim, ilustra como a *Cambridge Analytica* usou a *Big Data* e as IA para influenciar decisões geopolíticas, inclusive em eleições presidenciais em diversos países. A *Big Data* é muito lucrativa, ao oferecer novos serviços e produtos que bateu todos os recordes em 2018, gerando mais de 31 bilhões de dólares, com previsões de 144 bilhões para 2026 (Reports & Data, 2020). Por isso, a hermenêutica do pensamento freireano é muito importante para desvelar esse fenômeno entre as crianças e adolescentes, sendo particularmente vulneráveis (Haydon, 2020).

De fato, a jornalista e ativista ambiental Naomi Klein (2019) denuncia que a mídia global está vinculada a grandes corporações de poder que operam em consórcios econômicos, abrangendo diversos setores como o bancário, o agrícola, o imobiliário, o energético ou petrolífero. Segundo o relatório Repórteres Sem Fronteiras (2016), cerca de 70% da oferta global de comunicação é controlada por somente seis corporações de mídia: The Walt Disney, Time Warner, News Corp, 21st Century Fox, Viacom-cbs e Vivendinbs Universal. O relatório ressalta que essas corporações detêm controle sobre mais de 1.500 jornais, 1.100 revistas, 2.400 editoras, 9.000 estações de rádio e 1.500 redes de televisão. Resulta evidente, então, como as informações veiculadas pela mídia globalizada servem aos interesses das elites plutocráticas do capitalismo global. Vários estudos destacam como os

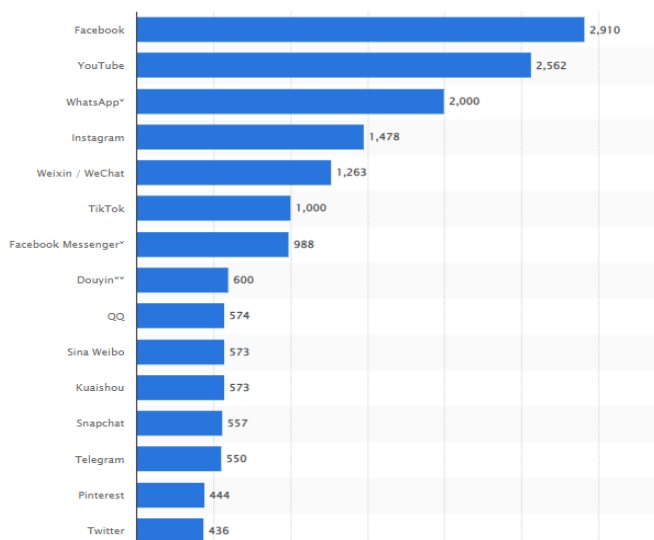
interesses geopolíticos dessas corporações influenciam nas narrativas das notícias, mas também restringem a liberdade de informação.

Segundo Castells (2013), a informação representa poder na globalização, pois os algoritmos da IA restringem a liberdade dos cidadãos ao controlar quais informações são exibidas nos resultados dos motores de busca, como Google, Bing ou Yahoo. Dessa forma, as empresas que pagam publicidade nessas plataformas têm maior visibilidade nos resultados de busca, garantindo uma vantagem competitiva e monopolizando o acesso à informação entre os usuários (Haucap e Heimeshoff, 2014). Conforme as descobertas de Gupta (2012), essa concentração de poder gera processos de aculturação que influenciam a percepção coletiva e a identidade pessoal. Esse fenômeno de aculturação, também referido como '*monocultura da mente*' por Shiva (2005), promove a supremacia dos valores culturais ocidentais em detrimento das outras culturas, comunidades e identidades nacionais. Por isso, o espírito de conscientização e liberação de Paulo Freire resulta, ainda, muito importante para o desenvolvimento das crianças e jovens, que continuam desenvolvendo o seu pensamento crítico. Mas como as mídias, apps e redes sociais irromperem nos últimos anos? Que mecanismos de IA utilizam para 'entreter e informar' à cidadania? De que forma constituem um panóptico digital para o férreo controle e doutrinação ideológico da capitalógica do consumismo capitalista?

Como vemos na figura 1, o uso exponencial das redes sociais nas últimas décadas é um fenômeno complexo ainda em estudo pelos especialistas do mundo todo. Os países mais populosos do mundo não são mais a China, Índia, Estados Unidos ou Indonésia, mas sim o Facebook, YouTube e WhatsApp, cada um com mais de 2 bilhões de usuários. Isso significa que a internet não prioriza informações relacionadas aos conhecimentos locais ou à sabedoria das comunidades onde a pesquisa é realizada, mas oferece conteúdo tendencioso, comercial e distante do crescimento pessoal da cidadania mundial, caracterizada pela sua interculturalidade (Romano e Orefice, 2022). No entanto, essas pesquisas da população na internet também desencadeiam processos de aculturação e uniformização do

pensamento (Ozer et al., 2017). Nesse sentido, Berger e Huntington (2002) advertem que a IA presente nos aplicativos dos nossos celulares compromete seriamente o pensamento crítico promovido pelos educadores nas escolas, especialmente no que diz respeito à construção cultural e identitária.

Figura 1. Redes sociais mais populares em todo o mundo, com usuários ativos em 2022 (em milhões).



Fonte: <https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/>

Resulta muito alarmante compreender como as corporações utilizam a IA para difundir informação enviesada e publicidade contextualizada para cada país ou região, minando o pensamento crítico, especialmente no que diz respeito à construção cultural e identitária (WALSH, 2021). Ao homogeneizar a cultura, a identidade e os valores, a IA e as TIC são muito perigosas porque invadem as nossas próprias emoções humanas. Para Fariñas (2009), a globalização cultural é o aspecto mais profundo da dominação social, política e econômica. Ao penetrar na vida íntima das pessoas e ao destruir a sua originalidade e identidade, a globalização impossibilita aos indivíduos exercerem uma

autonomia responsável no que diz respeito aos problemas. De fato, a socióloga Eva Illouz (2007) sinaliza que o ‘*capitalismo emocional*’ é a internalização de uma cultura pós-industrial que mede a felicidade pelo nível de consumo. A construção cultural contemporânea dos sentimentos passa pela compreensão da lógica do mercado, que implementa estratégias de neuromarketing.

Em 1975, Michel Foucault psicanalisou os sistemas de poder que se desenvolvem nas prisões, escolas, hospitais, fábricas e outros contextos sociais. Recentemente, o filósofo Byung Chul Han (2018) analisa os onipresentes mecanismos de controle do panóptico digital que garantem a eficácia do registro, sistematização e análise da informação recolhida das pessoas para a colocar ao serviço dos Estados e das empresas transnacionais. Aqui reside o verdadeiro escopo do panóptico digital, um sistema onde a vigilância pode monitorar cidadãos globais a milhares de quilômetros de distância através do uso de câmeras de vigilância, aplicativos com algoritmos, satélites de geolocalização, programas de fidelidade de cartão de crédito, etc. Ao colonizar e homogeneizar os modos de sentir, pensar e agir das pessoas, os instrumentos de controle do panóptico digital tornam-se uma verdadeira arma que doutrina e atormenta os cidadãos diante da atual crise socioambiental: o Antropoceno (Collado, Madroñero e Álvarez, 2019).

Assim, a lógica capitalista se espalha pela internet sob o controle panóptico digital exercido pelo biopoder do tecnofeudalismo, que representa uma forma de neofeudalismo digital, aonde as corporações tecnológicas atuam como senhores feudais modernos. Para Varoufakis (2023), o tecnofeudalismo é caracterizado pelo domínio exercido por um pequeno grupo de magnatas digitais que controlam as principais plataformas tecnológicas (Meta, Amazon, Google, Microsoft, Apple, X, etc.). Este novo ordenamento rompe com as regras tradicionais do capitalismo, passando de um modelo baseado em lucros para um baseado em rendas, onde os usuários cedem seus dados pessoais em troca de acesso aos serviços digitais. De

fato, estima-se que esses Big Data já gerarão 144 trilhões de dólares até 2026 (Reports & Data, 2020).

Assombrosamente, muitas pessoas são incapazes de se imaginar o fim do sistema capitalista, mas si podem se imaginar o fim do mundo com grandes catástrofes ambientais, bombas nucleais ou vírus mortíferos. Por essa razão, o pensamento de Paulo Freire oferece insights valiosos para confrontar os perigos do controle panóptico na era digital da IA. Freire enfatizava a importância da conscientização e da educação crítica para a libertação das pessoas das estruturas opressivas. Nesse contexto, Freire destacava a importância de questionar as estruturas de poder e entender as dinâmicas de opressão, por isso a formação dos professores tem que se abrir ao ensino de uma resistência a essas formas de vigilância e manipulação (Saul, 2000). Mas a ferramenta freireana para confrontar o controle panóptico é o diálogo, ao ajudar à transformação social a partir de discussões abertas (Darder, 2017). Assim, os indivíduos poderão se empoderar e procurar a sua autonomia e liberdade online, além do controle da IA.

Um novo xadrez geopolítico de ‘Guerra Fria’ entre os Estados Unidos e a China?

Para entender o xadrez geopolítico atual, é crucial examinar as dinâmicas em jogo entre as duas maiores potências mundiais: os Estados Unidos e a China. Segundo explica Woodward (2017), a crescente competição entre esses dois países abrange uma série de áreas, incluindo a economia, o comércio internacional, a tecnologia, a influência regional e a militarização. As disputas têm evoluído para complexa interação de interesses econômicos, políticos e estratégicos, especialmente porque Donald Trump impôs tarifas de 125% aos produtos chineses em abril de 2025. Segundo o jornalista Andrea Rizzi (2023), uma nova ‘Guerra Fria’ se espalha por todo o mundo pela competição entre as duas potências pela hegemonia global, que gera pressões e riscos crescentes para países de todo o planeta. Esta rivalidade está se desdobrando em várias frentes que vão além das

questões comerciais. Por exemplo, o domínio da tecnologia, com os dois países competindo pela liderança em áreas como a IA, 5G e cibersegurança. O crescente controle chinês sobre recursos naturais estratégicos, como o petróleo, e sua expansão em rotas comerciais marítimas têm despertado preocupações pela capacidade de exercer influência geopolítica.

Ao mesmo tempo, outros conflitos regionais, como o genocídio de Israel e a Palestina, continuam a desempenhar um papel significativo no panorama geopolítico. Para Shor (1988), as tensões na região são alimentadas por questões históricas, religiosas e territoriais, com repercussões globais devido à importância estratégica do Oriente Médio em termos de recursos energéticos, como o petróleo. Além disso, eventos como a guerra entre Rússia e Ucrânia acrescentam camadas adicionais de complexidade e tensão ao panorama geopolítico. O Taibo (2022) adverte que o conflito no leste da Ucrânia, juntamente com a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014, desencadeou uma crise regional que continua a moldar as relações entre a Rússia, a Ucrânia e os países ocidentais da OTAN. Uma situação muito complicada considerando a rivalidade histórica entre a antiga União Soviética e os Estados Unidos na sua luta pela hegemonia após terminar a Segunda Guerra Mundial. Por isso, muitos cidadãos têm receio de que uma Terceira Guerra Mundial poderia acontecer nos próximos anos. De fato, Taibo (2022) sugere que, dada a trajetória atual, é provável ocorrer algum tipo de confronto militar entre os Estados Unidos e a China na próxima década.

No que diz respeito ao petróleo e outros recursos materiais e energéticos, Blomstron (2022) sinaliza que as rotas de transporte marítimo desempenham um papel crucial na economia global e na geopolítica. O Estreito de Ormuz, por exemplo, é uma passagem estratégica pela qual passa grande parte do petróleo do Oriente Médio. Qualquer interrupção significativa no fluxo de petróleo através desta rota pode ter repercussões dramáticas nos mercados globais de energia e na economia mundial. Da mesma forma, o Estreito de Malaca, que conecta o Oceano Índico ao Mar da China Meridional, é outra

passagem crucial para o comércio global, especialmente para a China. Segundo Woodward (2017), qualquer disputa ou tensão nessa região pode afetar significativamente o comércio internacional e as relações geopolíticas entre os países envolvidos e os seus aliados.

Por outro lado, enquanto ao uso das TICs e a IA, essas ferramentas desempenham um papel cada vez mais importante na geopolítica contemporânea. As grandes potências estão investindo nessas tecnologias para ganhar vantagem competitiva nas áreas de segurança cibernética, vigilância, espionagem e propaganda. Além disso, o uso de tecnologias digitais também está moldando o comportamento humano, a opinião pública e até mesmo os resultados de eleições e eventos políticos (Han, 2018). Fora do padrão de pensamento ocidental, a China procura construir uma ordem internacional multipolar mais equitativa em oposição à hegemonia unilateral dos Estados Unidos, que Washington vê como uma violação da ordem internacional baseada em regras. Embora a concorrência estratégica e a guerra comercial ou tecnológica não possam ser completamente eliminadas, Pequim está interessada em conter a deterioração da relação bilateral e mitigar as divergências com outros países para evitar a formação de um bloco em torno da ideologia capitalista promovida pelos Estados Unidos para exercer a sua hegemonia.

Com essas tensões, o xadrez geopolítico atual requer uma leitura do mundo crítica que permita a *liberação* da cidadania. À medida que o contexto geopolítico continua a se desdobrar, é crucial compreender suas implicações para a segurança global, a estabilidade econômica e as relações internacionais. Por isso, é essencial que os educadores tenham uma formação transdisciplinar, complexa e intercultural que vai além do reducionismo epistemológico do método científico tradicional (MORROW & TORRES, 2002). A complexidade geopolítica atual, somada à mudança climática, aos grandes índices de desigualdade socioeconômica e aos mecanismos de controle panóptico das apps e IA, requer uma transformação profunda nos processos de ensino-aprendizagem. Mas como criar um sentimento de humanidade

e cidadania global nas escolas? Como ensinar a empatia necessária para compreender o sofrimento das pessoas nas guerras? Como sair do rumo civilizatório atual de ecocídio do nosso planeta? Como estabelecer limites ao controle panóptico das TIC e da IA?

Transhistória do pensamento humano para uma civilização regenerativa

Ao refletir sobre a história do pensamento humano, revela-se uma certa continuidade entre as práticas ancestrais, originárias, indígenas e aborígenes, juntamente com algumas metodologias científicas atuais (Watson, 2015). A abordagem metodológica transhistórica conecta as cosmovisões tradicionais, que integram sua espiritualidade à sacralidade dos fenômenos naturais e cósmicos, com os princípios biomiméticos contemporâneos. Na análise de Toynbee (1987), o desenvolvimento e a interação das civilizações ao longo do tempo mostram como elas podem influenciar-se mutuamente e como certos padrões históricos transcendem épocas específicas. De forma complementar, a abordagem hermenêutica de Gadamer (2004) introduz a ideia da "fusão de horizontes", que implica a integração de diferentes contextos históricos e culturais na interpretação, permitindo uma compreensão fenomenológica que ultrapassa as limitações temporais e espaciais.

A leitura transhistórica do pensamento humano demonstra que a conexão e a emulação dos processos naturais são práticas profundamente enraizadas na diáspora evolutiva da humanidade, nos âmbitos cultural, religioso, artístico, mitológico, antropológico e filosófico. Por essa razão, este trabalho explora a filosofia regenerativa a partir de uma perspectiva ancestral que nos remete às suas origens. As filosofias regenerativas remontam a tempos pretéritos, desde os primórdios das primeiras populações humanas. A etnografia e a antropologia cultural nos permitem compreender como as filosofias regenerativas, enraizadas em saberes ancestrais, oferecem alternativas ontológicas para uma coexistência simbiótica entre humanidade e

natureza. Por isso, o pensamento crítico de Paulo Freire é fundamental para construir uma cidadania regenerativa autêntica e genuína, que lute pela saúde do planeta.

Embora hoje construir uma civilização regenerativa possa parecer utópico, no futuro, quando a humanidade for devastada por desastres naturais abruptos, a esperança será mais necessária do que nunca. Por isso, agora devemos construir uma filosofia regenerativa transhistórica, aproveitando as tecnologias do século XXI para reimaginar os fundamentos da sociedade. Para imaginar uma civilização regenerativa, basta aplicar os princípios biomiméticos das redes micorrízicas, onde a simbiose entre fungos e raízes permite a comunicação, a troca de nutrientes e a sinalização bioquímica entre plantas. Imaginemos ampliar essa inteligência natural para as nossas sociedades humanas: interconectando aos habitantes da Terra por meio de aplicativos descentralizados para criar uma constelação viva de guardiões do conhecimento biorregional. Esses micélios digitais poderiam tecer saberes localizados em um tapete global de resiliência, como, por exemplo, a gestão da água nos Andes latino-americanos, agroflorestas no Sahel africano, economias circulares na Escandinávia europeia ou a reciclagem japonesa na Ásia. Isso não é mera metáfora, mas uma estrutura de design para a regeneração civilizatória, fundindo simbioses ancestrais com IA, blockchain e conscientização freireana para originar um planeta onde a tecnologia não extrai mais.

Dito de outra forma, é necessário construir uma civilização planetária, crítica e regenerativa, alinhada com o *continuum regenerativo* que a vida desdobra na Terra há cerca de 3,8 bilhões de anos, pois a crise civilizatória atual não é somente um problema técnico, mas ecológico, filosófico e ético. A regeneração biofísica é um conceito central no pensamento filosófico humano transhistórico. Os sistemas naturais conseguem se autorregenerar e se adaptar às mudanças durante o *continuum regenerativo* que se desenvolve nos processos de coevolução intersistêmica (Wolff, 2014). Para Capra (1996), o *continuum regenerativo* é a expressão biológica da resiliência ecossistêmica, onde cada perturbação desencadeia uma cascata de processos adaptativos que não

somente restauram, mas evoluem o sistema para estados de maior complexidade. No *continuum regenerativo*, a sucessão ecológica não é linear, mas multidimensional, com ciclos de retroalimentação que amplificam a capacidade do ecossistema de absorver perturbações e transformá-las em oportunidades de diversificação funcional. O *continuum regenerativo* opera em múltiplas escalas temporais e espaciais simultaneamente, desde a rápida renovação celular até os lentos ciclos geológicos, tecendo uma rede de interdependências que maximiza a eficiência energética e a resiliência do sistema planetário na totalidade (Williams et. Al., 2024). Por isso, a regeneração implica um ato de justiça com a Terra e as futuras gerações, conforme o espírito do Paulo Freire.

Aqui reside a relevância deste ensaio, ao defender a criação de uma linha filosófica educacional vinculada ao pensamento transhistórico da humanidade, distante da lógica do capital, a ‘capital-lógica’. Em termos gerais, o sistema econômico capitalista origina a *capitalógica* como uma forma de racionalidade que permeia múltiplas dimensões ontológicas da vida social. O metabolismo social submete-se à coação econômica para reproduzir uma sociedade controlada pelo capital. Para Morin (2011), a crise civilizatória deve-se ao ‘quátrimotor’ que guia a sociedade contemporânea: a ciência, a tecnologia, a indústria e o capitalismo. Embora essas forças tenham trazido grande progresso nos últimos séculos, também geraram uma racionalidade instrumental descontrolada e desregulada. Esse ‘quátrimotor’ opera sem qualquer ética ecológica, com o único objetivo de aumentar exponencialmente o lucro a qualquer custo. Por isso, é urgente refletir sobre o paradigma atual, cuja crise multidimensional nos leva ao colapso civilizatório. A filosofia educativa transdisciplinar não pode cair na lógica capitalista do mundo acadêmico, pois essa capitalógica tende a mercantilizar conceitos e transformá-los em tendências passageiras que se ajustam aos interesses do mercado, como ocorreu com o termo ‘desenvolvimento sustentável’.

Díez (2009) adverte que esse fenômeno de comercialização epistêmica, também conhecido como capitalismo acadêmico, prioriza

a rentabilidade e a comercialização em detrimento da verdade e do impacto ético das ideias. Por esse motivo, refletir sobre uma civilização regenerativa implica aprofundar-se nas cosmovisões ancestrais e nas práticas interculturais dos povos originários, cuja filosofia regenerativa e biocêntrica perdurou por milênios em harmonia com a natureza. A chave para levar à cidadania planetária ao paradigma regenerativo, sem que esses termos sejam comercializados ou percam sua profundidade, reside em recuperar a sacralidade de sua dimensão ética e espiritual. Isso significa integrar os saberes ancestrais de culturas que desenvolveram práticas regenerativas baseadas em uma práxis vital transcendental. Os *Kogi* da Colômbia, por exemplo, consideram a Terra um ser vivo e praticam a gestão ecológica do território. Na Nova Zelândia, os *maoris* incorporaram o conceito de *kaitiakitanga* — uma filosofia de cuidado e responsabilidade com a natureza — em sua visão de mundo e manejo ambiental.

Outras comunidades pastorais africanas, como os *massais* do Quênia, adotaram estratégias rotativas para o manejo do patrimônio natural, adaptando-se aos ciclos ecológicos para garantir a regeneração de pastagens e florestas em regiões áridas e semiáridas. No Senegal, Goran N'diaye introduziu a permacultura em terras desérticas, criando ecossistemas agrícolas que restauram a fertilidade do solo e promovem práticas ecológicas entre as comunidades locais. A Nação *Lakota*, na América do Norte, promove o princípio de *Mitákuye Oyás'iy* (todas as minhas relações), enquanto os *Bishnoi* da Índia desenvolveram uma ética de conservação extrema. No Ártico, o povo Sami pratica a transumância regenerativa com renas, adaptando seus movimentos aos ritmos naturais do ecossistema.

Assim, inúmeras civilizações antigas também aplicaram princípios regenerativos nas suas práticas. O Império Inca, por exemplo, utilizou técnicas agrícolas avançadas, como terraços ecológicos e o princípio do *ayni* (reciprocidade), garantindo a regeneração do solo e o manejo eficiente da água em todo o Tahuantinsuyo. No Vale do Indo, o planejamento urbano regenerativo incluía sistemas de drenagem que refletiam um profundo

conhecimento ecológico. Os *Hobokam*, na América do Norte, projetaram complexos canais de irrigação adaptados ao ambiente desértico, assegurando a conservação da água e a fertilidade do solo. Na África, o Reino de *Kush* também desenvolveu técnicas agrícolas e de irrigação adaptadas às condições do rio Nilo, promovendo o comércio mediante uma gestão harmoniosa com o ambiente. Na Ásia, a civilização mesopotâmica implementou sistemas de canais para irrigação que mantinham a fertilidade do solo em ambientes áridos, e sua arquitetura – como os Jardins Suspensos da Babilônia – demonstra uma integração biomimética com a natureza.

Atualmente, iniciativas como *Auroville*, na Índia, destacam a relevância contínua desses princípios biomiméticos para a regeneração socioecológica, com foco em permacultura, autossuficiência e reflorestamento. Todas essas filosofias regenerativas trans-históricas estão emergindo como um campo de estudo original e inovador, indo além das aplicações convencionais do conceito de “regeneração” na medicina, agricultura, ecologia, urbanismo e arquitetura. Ao explorar seus fundamentos filosóficos, teológicos e antropológicos a partir de perspectivas simbólicas, espirituais e culturais, a filosofia regenerativa transcende a mera restauração material, enfatizando a revitalização das relações comunitárias, a recuperação dos saberes ancestrais e a reconstrução dos vínculos sagrados entre os seres humanos e o mundo natural. Collado (2025) argumenta que essas filosofias regenerativas buscam maximizar o impacto positivo na Pachamama, em contraste com o desenvolvimento sustentável, que visa somente minimizar o impacto negativo. A regeneração, portanto, é entendida como uma rede diversa de saberes e práticas, honrando a pluralidade de visões de mundo necessárias para a cura planetária. Mas evitar que as filosofias regenerativas sejam absorvidas pelo capitalismo acadêmico globalizante para melhorar a competitividade empresarial não é tarefa fácil. Este artigo é uma humilde tentativa filosófica de proteger as ideias do campo epistemológico, emulando a resistência que os indígenas realizam nas florestas sagradas de seus territórios ancestrais e milenares (Simpson, 2017; Zibechi, 2012).

No entanto, também não se pode cair em uma posição romântica e acrítica em relação às filosofias regenerativas ancestrais (Whyte, 2018). Embora muitas cosmovisões indígenas tenham promovido relações harmônicas com a natureza, seria um erro transcendental idealizá-las sem questionamento. Além disso, assumir que todas as comunidades originárias sempre mantiveram uma relação harmoniosa com a natureza é cair em um essencialismo cultural que ignora a diversidade histórica de suas práticas. Por outro lado, em um mundo guiado pelo ‘quattrimotor’ da indústria, ciência, tecnologia e capitalismo, quais adaptações devem ser feitas para aplicar modelos regenerativos provenientes de práticas ancestrais e tradicionais? Como garantir que as propostas regenerativas sejam seguras e adaptadas à complexidade atual, sem risco de anacronismo ou idealização? Como equilibrar abordagens baseadas em evidências científicas com sabedoria ancestral? É possível conciliar práticas regenerativas ancestrais com modelos econômicos e tecnológicos atuais sem perder sua essência etnográfica? Até que ponto se pode falar de uma civilização regenerativa sem avaliar o impacto em cada contexto local?

Embora não existam respostas mágicas para essas perguntas, a chave para respondê-las está em promover um pensamento filosófico crítico, criativo e transdisciplinar que permita combinar saberes regenerativos tradicionais com conhecimentos científicos atuais, a fim de abordar os desafios ecológicos integralmente e contextualizada. Tendo em mente os riscos envolvidos, a Inteligência Artificial (IA) poderia nos ajudar a criar uma abordagem intergeracional e transdisciplinar para a educação do futuro (Dravet et al., 2020), mas também a simular a regeneração de ecossistemas danificados e evitar que crianças desenvolvam um ‘transtorno por déficit de natureza’ (Louv, 2005). É essencial que a filosofia educacional transdisciplinar de formação docente e cidadania planetária se mantenha distante da lógica extrativista e mercantilista do sistema capitalista. Isso requer um marco epistemológico, ontológico e ético que respeite os limites biofísicos de regeneração dos ecossistemas por meio de um diálogo intercultural entre saberes científicos e não científicos (Descola, 2013).

Ao enraizar-se nas filosofias regenerativas ancestrais, cujas sociedades desenvolveram práticas interculturais intimamente ligadas à sabedoria intrínseca do *continuum regenerativo* da natureza, abre-se um caminho para um futuro com esperança. A permacultura, por exemplo, inspira-se na cosmovisão e nas práticas de manejo da paisagem dos povos aborígenes australianos, especialmente em sua profunda conexão com a natureza, seu conhecimento ecológico tradicional e sua abordagem de longo prazo. Em particular, ela se baseia na filosofia do ‘*Caring for Country*’ dos povos indígenas australianos, que enfatiza a interdependência entre seres humanos e ecossistemas, promovendo práticas regenerativas que mantêm a saúde da terra, da água e da biodiversidade (Holmgren, 2002). Portanto, a filosofia educacional de conscientização freireana encontra nas filosofias regenerativas ancestrais um forte aliado para garantir que sua autenticidade e profundidade sejam preservadas diante das pressões do mercado globalizado.

Sem dúvida, encontrar soluções para os desafios socioambientais do Antropoceno exige mudar a matriz do pensamento civilizatório atual. Para Collado et al. (2019), a perda de biodiversidade, as mudanças climáticas, a poluição, o derretimento das calotas polares, a acidificação dos oceanos ou o esgotamento do patrimônio natural são problemas que demandam uma transformação individual e social em nossa forma de sentir, pensar e agir. Nesse sentido, estudar a criatividade da natureza implica reconhecer sua capacidade de criar, adaptar e modelar novos ambientes. Por isso, a conscientização freireana explorada neste artigo está baseada no *continuum regenerativo* da vida, evitando cair no instrumentalismo capitalista, que tende a uma redução epistêmica que ignora os fundamentos filosóficos subjacentes para manter o biopoder da elite empresarial (Foucault, 1975; Han, 2018). É isso que aconteceu com a chamada ‘revolução sustentável’, já que apesar dos incríveis esforços de algumas organizações, governos, acadêmicos, cientistas e da sociedade civil, a capitalógica patenteou e comercializou a própria vida (Zuboff, 2019).

Mas qual direito é mais fundamental: o direito à regeneração da vida com sementes ou o direito à propriedade privada e patentes? Quem se beneficia economicamente às custas da redução da biodiversidade planetária? Com a cumplicidade da Organização Mundial do Comércio (OMC) como pano de fundo, Shiva (2016) denuncia que a água está sendo privatizada em várias regiões do mundo, e empresas transnacionais como Monsanto, Bayer, DuPont, Syngenta, Dow e BASF colonizaram a agricultura global por meio da modificação genética de sementes e sua posterior patenteação. Esse oligopólio controla mais de 60% das sementes e 70% dos agroquímicos globalmente, criando uma dependência forçada dos agricultores em relação a seus produtos (Vidal, 2016). As sementes transgênicas são projetadas para funcionar exclusivamente com os agrotóxicos produzidos por essas mesmas empresas, gerando um ciclo de consumo contínuo que escraviza os camponeses a comprar seus pesticidas para evitar pragas que destruam suas colheitas (Howard, 2009). Além disso, as leis de propriedade intelectual proíbem os agricultores de guardar, reutilizar ou trocar sementes, uma prática milenar recentemente criminalizada.

Essa manipulação genética não somente afeta a biodiversidade, mas também impacta a qualidade nutricional dos alimentos. Ao priorizar crescimento rápido, aparência e resistência a pragas, o conteúdo de vitaminas e nutrientes em muitas culturas diminuiu, o que potencialmente contribui para uma sociedade que adoece mais facilmente (Shiva, 2016). Diante desse cenário, a sustentabilidade mostra-se insuficiente, pois somente mitiga o dano sem reparar o que foi destruído. Na realidade, a sustentabilidade tornou-se um conceito inadequado porque busca somente reduzir o dano sem regenerar os ecossistemas já devastados. Construir uma filosofia educacional regenerativa não pode contentar-se com a eficiência dos sistemas humanos se estes não reverterem o dano causado desde a industrialização. A regeneração é o único caminho civilizatório para transcender o paradigma extrativista e ecocida.

Por isso, o ‘desenvolvimento sustentável’ tornou-se obsoleto hoje, pois perpetua o modelo econômico capitalista que mercantiliza e explora a natureza sob o disfarce de progresso. O termo “sustentabilidade” tornou-se popular após o Relatório Brundtland de 1987, que definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades (Wced, 1987). No entanto, esta definição tem sido criticada por ser demasiado vaga e imprecisa, mas sobretudo por não questionar o paradigma do crescimento econômico contínuo. Embora a maioria dos formuladores de políticas, acadêmicos e educadores tenha tido boas intenções ao usar esse termo, não há dúvida de que as corporações transnacionais o usaram como estratégia de marketing sem um compromisso real com a proteção ambiental. Como Delmas e Burbano (2011) apontam, o *greenwashing* pode ter efeitos negativos significativos, enganando os consumidores e minando a confiança em produtos e empresas verdadeiramente sustentáveis.

O processo de *greenwashing* refere-se às práticas de marketing que as empresas usam para apresentar uma imagem correta ecologicamente sem fazer mudanças substanciais em suas operações. Na sua *Modernidade Líquida*, Bauman (2000) explica como o capitalismo absorve e mercantiliza símbolos de resistência, transformando figuras revolucionárias como Che Guevara em meros produtos de consumo, esvaziados de sua essência ideológica e reduzidos a mercadorias comercializáveis. Esse processo de apropriação capitalista neutraliza o potencial subversivo dos movimentos anticapitalistas, mas também revela a capacidade paradoxal do sistema de se alimentar das próprias forças que buscam sua derrubada, perpetuando assim seu domínio por meio de uma constante metamorfose adaptativa. Mas a crítica ao *greenwashing* da sustentabilidade não significa que os esforços tenham sido completamente inúteis. Em vez disso, precisamos dar um passo adiante, em direção a um paradigma verdadeiramente regenerativo. Como McDonough e Braungart (2002) apontam em seu livro “*do berço ao berço*”, devemos ter como objetivo projetar sistemas que não sejam

somente menos prejudiciais, mas que sejam ativamente benéficos para o meio ambiente.

É por isso que devemos questionar filosoficamente a geopolítica internacional, mas também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que foram amplamente aceitos por governos, organizações internacionais, agências de cooperação e ONGs. Até mesmo a esfera acadêmica gera uma abundância de pesquisas, eventos e programas acadêmicos focados em promovê-los. No entanto, há uma falta de análise crítica que aborde os ODS a partir de perspectivas interculturais, decoloniais e biocêntricas. Críticas existentes apontam que os ODS não desafiam os fundamentos epistêmicos das sociedades ocidentais, como a modernidade, o capitalismo e o antropocentrismo, limitando sua capacidade de transformar as estruturas que perpetuam a atual crise civilizacional. (Collado et al. 2022). De fato, a visão dominante por trás dos ODS reflete uma perspectiva desenvolvimentista e monocultural que é imposta ao imaginário global por meio do panóptico digital do tecnofeudalismo (Varoufakis, 2023). Políticas descoloniais e pluriversais são necessárias para uma autonomia radicalmente interdependente (Escobar, 2018, 2020; Quijano, 2000).

Em contrapartida, algumas propostas buscam reinterpretar os ODS a partir de visões de mundo ancestrais, integrando epistemologias biocêntricas e pós-capitalistas que promovem modos alternativos de ser, existir e agir no mundo (Acosta, 2012; Viveiros de Castro, 1998). Por exemplo, o *Sumak Kamsay* ou Bem Viver dos povos andinos trazem uma relação interdependente com a natureza (Gudynas, 2011). Essas abordagens reconhecem os ODS como uma ferramenta para coordenar esforços internacionais, mas também como uma estrutura que deve ser repensada a partir de uma ecologia trans-histórica do conhecimento. Essa virada decolonial implica uma filosofia da libertação que abandona a noção ocidental de desenvolvimento sustentável para incorporar um pensamento transfronteiriço que abrange outros modos de vida pluriversos baseados na coexistência

harmoniosa entre humanos e natureza (Dussel, 1996; Mignolo, 2011; Santos, 2014).

Questionar o conceito de desenvolvimento sustentável exige mergulhar na construção ideológica arraigada do discurso político e acadêmico, que não aborda as raízes estruturais da crise e continua a ignorar as alternativas civilizacionais propostas por comunidades não ocidentais. O paradigma desenvolvimentista da sustentabilidade é, na realidade, uma falácia cognitiva com consequências perigosas para a saúde do nosso planeta. Mas como a civilização atual pode superar a falácia da sustentabilidade? É possível criar processos educacionais transdisciplinares para fomentar uma consciência freireana de cidadania planetária? Como a etnografia ancestral e a filosofia regenerativa podem nos guiar em direção a uma civilização que vai além da sustentabilidade?

Conclusões

Refletir sob a formação docente transdisciplinar não é uma tarefa fácil, especialmente quando está relacionada à leitura do mundo, com uma geopolítica complexa que continua evoluindo rapidamente. O trabalho abordou como a formação dos professores pode ter um rol ativo na mudança significativa do nosso mundo. No contexto marcado não somente pelos desafios ambientais, mas também por tensões geopolíticas, como as tensões entre os Estados Unidos e a China, além do surgimento do panóptico digital, resulta fundamental dotar de instrumentos de pensamento crítico freireano à cidadania. Por isso, o artigo argumentou que a formação docente transdisciplinar contribui para a conscientização freireana e para a construção de uma civilização regenerativa mais responsável diante dos desafios socioambientais do século XXI.

No contexto atual do Antropoceno, marcado pela nefasta influência da atividade humana nos sistemas terrestres, a formação docente transdisciplinar se torna ainda mais relevante. Os educadores precisam estar preparados para abordar questões como mudanças

climáticas, perda de biodiversidade, poluição e esgotamento de recursos naturais integradamente, considerando não somente os aspectos científicos, mas também sociais, econômicos e políticos. Isso requer uma abordagem transdisciplinar que permita aos estudantes compreender a complexidade desses problemas e desenvolver habilidades para enfrentá-los de maneira eficaz. Então, é necessário criar uma ecologia de saberes entre os conhecimentos científicos e as sabedorias dos povos indígenas ancestrais, mas também com as visões espirituais, as dimensões artísticas, emocionais, intuitivas e filosóficas.

Assim, é importante destacar que a conscientização freireana enfatiza a importância da reflexão crítica e da ação transformadora na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, a formação docente transdisciplinar busca transcender as fronteiras disciplinares tradicionais, integrando diferentes áreas de conhecimento para abordar questões complexas de forma holística, procurando não cair na perversa capitalógica. Isso permite que os futuros educadores desenvolvam uma compreensão mais profunda do continuum da vida para enfrentar os problemas socioambientais, com o fim de engajar os seus estudantes na busca de soluções regenerativas.

Além disso, a formação docente transdisciplinar também pode desempenhar um papel importante na promoção da conscientização sobre as questões geopolíticas globais, como as tensões bélicas entre os Estados Unidos e a China; Israel e Palestina ou a Rússia com a Ucrânia, entre outras. À medida que as tensões entre essas potências continuam a aumentar, é essencial que os educadores ajudem aos estudantes a fazer uma leitura do mundo freireana para entender as causas e implicações desse conflito, bem como a explorar formas de promover uma cultura de paz e de cooperação internacional. Isso requer uma compreensão transhistórica, não somente das questões políticas e econômicas em jogo, mas também das dimensões culturais, sociais e históricas que moldam as relações internacionais.

Por outro lado, a formação docente transdisciplinar pode desempenhar um papel crucial na conscientização sobre as questões éticas e sociais relacionadas ao uso da tecnologia, especialmente no

contexto do panóptico digital. À medida que as TICs se tornam cada vez mais ubíquas nas nossas vidas, é essencial que os educadores ajudem aos alunos e alunas a entender os impactos éticos e sociais dessas tecnologias, bem como a desenvolver habilidades críticas para navegar no mundo digital de forma responsável e segura. Isso inclui questões como privacidade, vigilância, desinformação, vício em tecnologia e exclusão digital, com implicações significativas para a cidadania e os seus direitos humanos. Mas esses direitos estão diretamente ligados aos direitos da natureza, onde emerge o Buen Vivir ou Bem Viver (Gudynas, 2011).

De fato, o trabalho abordou como a leitura do mundo de Paulo Freire (1970, 1980) oferece uma perspectiva fundamental para compreender a manipulação das mídias, apps e redes sociais a partir do contexto da era panóptica digital. Freire (1981) destacou a importância da conscientização crítica, que envolve a capacidade de ler o mundo de forma reflexiva e analítica, questionando as estruturas de poder e buscando transformações sociais. Nesse sentido, a análise freireana nos permite enxergar como as mídias digitais operam como instrumentos de controle e influência, moldando percepções e comportamentos de maneira muitas vezes imperceptível.

As mídias sociais, em particular, desempenham um papel central nesse panorama. Plataformas como X, Facebook, Instagram, Whatsapp ou TikTok utilizam complexos e sofisticados algoritmos para personalizar o conteúdo exibido para cada usuário, com base em seu histórico de navegação, interesses e interações anteriores. Isso cria bolhas de filtro, onde os usuários são expostos principalmente a conteúdos que reforçam suas próprias crenças e perspectivas, alimentando a polarização e o extremismo. Assim, a leitura de Freire (1997) permite uma pedagogia da esperança para lutar frente ao panóptico digital refere-se à capacidade das tecnologias digitais de manter vigilância sob a cidadania. Ou seja, como as notícias em aplicativos e redes sociais estão ligadas a uma complexa rede de algoritmos que estão observando e monitorando as atividades das pessoas em um espaço virtual.

No panóptico de Foucault (1975), os prisioneiros são constantemente vigiados por um único observador central. No nosso contexto digital atual, os usuários são constantemente observados pelos algoritmos e sistemas de coleta de dados ou *Big Data*. Essa vigilância invisível cria um ambiente de autocontrole, onde as pessoas internalizam a sensação de estarem sempre sendo observadas, moldando seus comportamentos conforme as normas e expectativas impostas pelo sistema. Mas as mídias sociais também são frequentemente utilizadas como ferramentas de desinformação e manipulação, especialmente em contextos políticos. Campanhas de propaganda digital, disseminação de *fake news* e manipulação de algoritmos para influenciar eleições são somente alguns exemplos das maneiras pelas quais as plataformas digitais podem ser usadas para manipular a opinião pública e minar os valores da democracia.

Nesse contexto, os educadores desempenham um papel crucial na preparação dos cidadãos para enfrentar os desafios do panóptico digital. Assim como Paulo Freire defendia a conscientização crítica como uma ferramenta para a libertação e o empoderamento, os educadores atuais devem capacitar os seus alunos a lerem o mundo de forma crítica e questionadora, especialmente no que diz respeito ao uso das mídias e tecnologias digitais. Isso inclui ensinar aos alunos a avaliar criticamente as fontes de informação, reconhecer viés e desinformação e proteger sua privacidade e segurança online. Os educadores também devem promover o pensamento crítico e a análise reflexiva, incentivando os estudantes a questionar suposições, examinar diferentes perspectivas e tomar decisões informadas. E vocês, estão preparados para participar na transformação do mundo com o espírito freireano? Convido aos leitores a continuar aprofundando nas reflexões aqui feitas para caminhar a uma educação emancipadora mais justa e democrática e fazer emergir uma autêntica e genuína civilização regenerativa.

Referências

ACOSTA, Alberto. 2012. Extractivismo y derechos de la naturaleza. *In: Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad en Ecuador*. Edited by Fundación Rosa Luxemburgo. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo.

AGUILAR, Floralba e COLLADO, Javier. (coord.). **Formación docente desde la filosofía educativa transdisciplinaria**. Quito: Abya Yala. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/41IOAEV> Acesso em: 3 abr. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. 2000. **Liquid Modernity**. Cambridge: Polity Press.

BERGER, Peter & HUNTINTONG, Samuel. **Globalizaciones múltiples: la diversidad cultural en el mundo contemporáneo**. Barcelona: PAIDÓS, 2002.

BLOMSTRON, David. **China vs USA**. London: Geobop, 2022.

BOFF, Leonardo. **Os limites do capital são os limites da Terra**. 2009. Disponível em: https://www.fernandosantiago.com.br/carta_terra.pdf . Acesso em: 3 abr. 2024.

CAPRA, Fritjof. **The Web of Life: A New Scientific Understanding of Living Systems**. New York: Anchor Books, 1996

CASTELLS, Manuel. **Communication Power**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CEPAL. Globalização e desenvolvimento. Brasília: CEPAL, 2002.

COLLADO, Javier. **Regenerative Philosophy**: Learning from the Sacred Web of Life to Face the Complexity of the Anthropocene. Encyclopedia of the Anthropocene (Em imprenta), 2025.

COLLADO, Javier & SEGOVIA, Joselin. Ecological Economics Foundations and Environmental Education Practices: Toward Regenerative Cultures? **World Futures: The Journal of New Paradigm Research**, v. 78, 2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02604027.2022.2072158>. Acesso em: 3 abr. 2024.

COLLADO, Javier, MADROÑERO, Mario & ÁLVAREZ, Freddy. Training Transdisciplinary Educators: Intercultural Learning and Regenerative Practices in Ecuador. **Studies in Philosophy and Education**, v. 38, n. 2, p. 177-194. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11217-019-09652-5>. Acesso em: 3 abr. 2024.

DARDER, Antonia. **Reinventing Paulo Freire**. A Pedagogy of Love. New York: Routledge, 2017.

DELMAS, Magali, and BURBANO, Vanessa. **The Drivers of Greenwashing**. California Management Review 54 (1): 64–87, 2011.

DESCOLA, Philippe. **Beyond Nature and Culture**. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

DÍEZ, Enríque. **El capitalismo académico y el plan Bolonia**. Eikasia: Revista de Filosofía 4 (23): 351–365, 2009.

DRAVET, Florence, Florent Pasquier, Javier Collado, Gustavo de Castro (coord.). **Transdisciplinariedade e Educação do Futuro**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2019.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia de la liberación**. México DF: Editorial Nueva América, 1996.

EICHENGREEN, Barry. **Exorbitant Privilege**. The Rise and Fall of the Dollar and the Future of the International Monetary System. New York: Oxford University Press. 2011.

ESCOBAR, Arturo. **Designs for the Pluriverse**: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds. Durham: Duke University Press, 2018.

ESCOBAR, Arturo. **Pluriversal Politics**: The Real and the Possible. Durham: Duke University Press, 2020.

FARIÑAS, María José. **Globalizacion y derechos humanos**. Memorias Desde Lo Local, (4). 2009. Disponível em: https://revistas.uptc.edu.co/index.php/memorias_local/article/view/1008. Acesso em: 3 abr. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Surveiller et punir**: naissance de la prison. Paris: Gallimard, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogy of the Oppressed**. New York, Continuum. 1970.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. São Paulo: Moraes. 1980.

FREIRE, Paulo. **Ideologia e educação**: reflexões sobre a não neutralidade da educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1997.

GADAMER, Hans-Georg. **Truth and Method**. London: Continuum, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 1989.

GALBRAITH, John Kenneth. **Money**. Whence it came, where it went. Princeton: Princeton University Press, 2017.

GALEFFI, Dante. **Recriação do Educar**. Epistemologia do Educar Transdisciplinar. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

GIROUX, Henry. **Teachers as Intellectuals**: Towards a Critical Pedagogy of Learning. Westport: Praeger. 1988.

GIROUX, Henry. Rethinking Education as the Practice of Freedom: Paulo Freire and the Promise of Critical Pedagogy. **Policy Futures in Education**, 8(6), 715-721. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.2304/pfie.2010.8.6.715>. Acesso em: 3 abr. 2024.

GIROUX, Henry & ROBBINS, Christopher. **Paulo Freire and the Politics of Postcolonialism**. New York: Routledge, 2006.

GOLD, Dore. **Tower of Babble**: How the United Nations Has Fueled Global Chaos. New York: Three Rivers Press, 2004.

GUDYNAS, Eduardo. 2011. **Buen Vivir: Today's Tomorrow**. Development 54 (4): 441–447.

GUPTA, Nitin. The impact of globalization on consumer acculturation: A study of urban, educated, middle class Indian consumers. **Asia Pacific Journal of Marketing and Logistics**, 24 (1), p. 41-58. 2012. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/13555851211192696/full/html>. Acesso em: 3 abr. 2024.

HAN, Byung-Chul. 2018. **No enxame**: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes. 2018.

HAUCAP, Justus, & HEIMESHOF, Ulrich. Google, Facebook, Amazon, eBay: Is the Internet driving competition or market monopolization?. **International Economics and Economic Policy**, 11, p. 49–61. 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10368-013-0247-6>. Acesso em: 3 abr. 2024.

HAYDON, Deena. Detained children: Vulnerability, violence and violation of rights. **International Journal for Crime, Justice and Social Democracy**, 9(4): 16-30. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5204/ijcjsd.1687>. Acesso em: 3 abr. 2024.

HOLMGREN, David. **Permaculture**: Principles and Pathways Beyond Sustainability. Hepburn: Holmgren Design Services, 2002.

HOWARD, Philip. **Visualizing Consolidation in the Global Seed Industry**: 1996–2008. *Sustainability* 1 (4): 1266–1287, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su1041266>. Acesso em: 3 abr. 2024.

ILLOUZ, Eva. Cold Intimacies. **The Making of Emotional Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2007.

KLEIN, Naomi. On Fire: **The (Burning) Case for a Green New Deal**. New York: Penguin, 2019.

LEVITSKAYA, Anastasia & FEDOROV, Alexander. Typology and Mechanisms of Media Manipulation. **International Journal of Media and Information Literacy**, 5(1): 69-78. 2020.

LOUV, Richard. **Last Child in the Woods**: Saving Our Children from Nature-Deficit Disorder. Chapel Hill: Algonquin Books, 2005.

LISBOA, José. Autonomia em tempos de capitalismo flexível: uma abordagem a partir de Paulo Freire. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 122–139, 2017. DOI: 10.5216/ia. v. 42i1.44060. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/44060>. Acesso em: 2 abr. 2024.

MCCARTHY, Simon. Are Social Networking Sites Controlling Your Mind?. **Scientific American**. 2017. Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/are-social-networking-sites-controlling-your-mind/>. Acesso em: 3 abr. 2024.

MCDONOUGH, William, and Michael BRAUNGART. **Cradle to Cradle**: Remaking the Way We Make Things. New York: North Point Press, 2002.

McLAREN, Peter. **Che Guevara, Paulo Freire, and the Pedagogy of Revolution**. New York: Rowman & Littlefiel Publishers, 2000.

MIGNOLO, Walter D. **The Darker Side of Western Modernity**: Global Futures, Decolonial Options. Durham: Duke University Press, 2011.

MORIN, Edgar. 2008. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

MORIN, Edgar. **La vía:** para el futuro de la humanidad. Barcelona: Paidós, 2011.

MORIN, Edgar, ROGER, Emilio e MOTTA, Raúl. **Educación en la era planetaria.** Barcelona: Gedisa, 2003.

MORROW, Raymond Allen & TORRES, Carlos Alberto. **Reading Freire and Habermas:** Critical Pedagogy and Transformative Social Change. New York: Teachers College Press, 2002.

OXFAM (2022). **Las desigualdades matan.** Se requieren medidas sin precedentes para acabar con el inaceptable aumento de las desigualdades por la COVID-19. Informe de OXFAM, Enero, 2022. Disponible en:
<https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621341/bp-inequality-kills-170122-es.pdf>. Acceso en: 3 abr. 2024.

OZER, Simon, BERTELSEN, Preben, SINGLA, Rashmi, Y SCHWARTZ, Seth. Grab Your Culture and Walk with the Global: Ladakhi Students' Negotiation of Cultural Identity in the Context of Globalization-Based Acculturation. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, 48(3), 294–318, 2017. Disponible en:
<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0022022116687394>. Acceso en: 3 abr. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. **Nepantla: Views from South** 1 (3): 533–580, 2000.

Repórteres Sem Fronteiras (RsF). **Medios de comunicación.** Los oligarcas se van de compras. Paris: RsF. 2016. Disponible en:
https://www.rs-f-es.org/wp-content/uploads/attachments/2016_07_RS_F_INFORME_OLIGARCAS_ESP.pdf. Acceso en: 3 abr. 2024.

REPORTS AND DATA. Big Data and Data Engineering Services Market to Reach USD 144.12 Billion By 2026. 2020. Disponível em: <https://www.reportsanddata.com/press-release/global-big-data-and-data-engineering-services-market>. Acesso em: 3 abr. 2024.

RIECHMANN, Jorge. **Un buen encaje en los ecosistemas**. Segunda edición (revisada) de Biomímesis. Madrid: Ed. Catarata, 2014.

RITZER, George. **The McDonaldization of society**: Into the digital age. New York: Sage publications, 2018.

RIZZI, Andrea. **Una nueva guerra fría entre EE UU y China se propaga por el tablero global. El País**. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2023-02-12/una-nueva-guerra-fria-entre-ee-uu-y-china-se-propaga-por-el-tablero-global.html>. Acesso em: 3 abr. 2024.

ROMANO, Alessandra, OREFICE, Carlo. Internationalization as strategic leverage for innovation in Higher Education. In L. Keim, S. Khan, À. Pinyana, À. Raluy (a cura di), **Internationalization and intercultural competences in Higher Education**: quality and innovation (p. 33-46). 2022. Barcelona: Editorial Octaedro.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide**. Boulder: Paradigm Publishers, 2014.

SAUL, Ana Maria (org.). **Paulo Freire e a formação de educadores**: múltiplos olhares. São Paulo, Articulação Universidade/Escola, 2000.

SHIVA, Vandana. **Who Really Feeds the World?** The Failures of Agribusiness and the Promise of Agroecology. Berkeley: North Atlantic Books, 2016.

SHOR, Ira. **Cultural Wars: School and Society in the Conservative Restoration, 1969–1984.** New York: Routledge, 1988.

SIMPSON, Leanne. **As We Have Always Done: Indigenous Freedom Through Radical Resistance.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

STEFFEN, Will, CRUTZEN, Paul, MCNEILL, John. **The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature?** *AMBIO: A Journal of the Human Environment*, 36 (8): 614-621. 2007.

STIGLITZ, Joseph. **Globalization and Its Discontents.** New York: WW Norton, 2002.

TAIBO, Carlos. **Rusia frente a Ucrania: imperios, pueblos, energía.** Madrid: Catarata, 2022.

TOYNBEE, Arnold J. **A Study of History: Abridgement of Volumes I–VI.** Oxford: Oxford University Press, 1987.

VAROUFAKIS, Yanis. **Technofeudalism: What Killed Capitalism.** The Bodley Head, 2023.

VERDIER, Daniel. **Democracy and International Trade.** Britain, France, and the United States, 1860-1990. Princeton: Princeton University Press, 2021.

VIDAL, John. **"Tres grandes empresas están a punto de controlar la mayoría de los suministros agrícolas del mundo."** *Eldiario.es*, September 13, 2016. Disponível em: https://www.eldiario.es/internacional/theguardian/alimentario-grandes-empresas-acaparen-semillas_1_3810847.html. Acesso em: 3 abr. 2024.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Cosmological Deixis and Amerindian Perspectivism. **Journal of the Royal Anthropological Institute** 4 (3): 469–488, 1988.

WACKERNAGEL, Mathis, REES, William. **Our Ecological Footprint. Reducing Human Impact on the Earth**. Gabriola Island: New Society Publishers, 1996.

WALSH, Catherine. **(Re)existence in times of de-existence:** political–pedagogical notes to Paulo Freire. *Language and Intercultural Communication*, 21(4), 468–478. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14708477.2021.1916025>. Acesso em: 3 abr. 2024.

WATSON, Irene. Aboriginal Peoples, **Colonialism and International Law**: Raw Law. London: Routledge, 2015.

WHYTE, Kyle. Indigenous Science (Fiction) for the Anthropocene: Ancestral Dystopias and Fantasies of Climate Change Crises. **Environment and Planning E: Nature and Space** 1 (1–2): 224–242, 2018. <https://doi.org/10.1177/2514848618777621>.

WIEDMANN, Thomas & LENZEN, Manfred. Environmental and social footprints of international trade. **Nature Geoscience** 11, 314–321. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41561-018-0113-9>. Acesso em: 3 abr. 2024.

WILLIAMS, Brooke A., et al. 2024. Global Potential for Natural Regeneration in Deforested Tropical Regions. **Nature** 636: 131–137, 2024. <https://doi.org/10.1038/s41586-024-08106-4>.

WOODWARD, Jude. **The US vs China. Asia's New Cold War?** Manchester: Manchester University Press, 2017.

WOLFF, Ronald. "Regenerative Processes." In Wiley StatsRef: Statistics Reference Online. 2014.
<https://doi.org/10.1002/9781118445112.stat04551>.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (WCED). Our Common Future. Oxford: Oxford University Press, 1987.

ZIBECHI, Raúl. 2012. **Territories in Resistance:** A Cartography of Latin American Social Movements. Oakland: AK Press, 2012.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism:** The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power. Boston: PublicAffairs, 2019.